... agrária já foi realizada, mesmo naqueles, onde as condições são bem diferentes das do Brasil, como Portugal, Alemanha e Japão, onde não existem ter... Acredito que poderemos ter condição de fazer um bom trabalho.

Existem muitas divergências na Subcomissão?
comissão?

— Existem divergências no comportamento e nos compromissos dos componentes da Subcomissão. Alguns desejam uma reforma agrária revolucionária, radical. Outros querem uma reforma agrária menos radical.

Qual é a reforma agrária que o sr. espera?

— Espero que seja sensata. Atenta aos trabalhadores sem terra mas sem não desorganizar o sistema de produção, que tem sido capaz de manter o abastecimento nacional e até produzir alguma sobra para a exportação, tanto na agricultura, quanto na pecuária.
pecuária.

Fala-se na existência de pressões sobre os constituintes, principalmente na Subcomissão de Reforma Agrária. O sr. confirma essas pressoes?

— Não tenho sofrido nenhuma. Ouço as pessoas falarem na existência de pressões da UDR de um lado e da Contag do outro. Acho que essas pressões são legítimas, quando a nível de informação e assessoria. De qualquer maneira, não acho bom trabalhar sob qualquer forma de pressão.

Edison Lobão espera uma reforma agrária sensata

Qual o principal problema para a reforma agrária?

— O que nós vimos retrata o Brasil. Não basta dar terra. Não basta garantir um apoio financeiro nos meses de implantação. É preciso que se garanta, também, na fase produtiva. Os exemplos que nós temos no Brasil é que os trabalhadores recebem um pedaço de terra e como não têm apoio, recursos para plantio e sobrevivência, terminam por abandonar ou vender suas terras. Por isso defendo uma reforma agrária dosada. Uma reforma agrária sob o lema "terra e recursos".

O sr. viu um assentamento de 120 famílias que brigaram durante anos, acamparem em frente ao Palacio do Governo e,. finalmente, ganharem o direito de ter suas terras? Não seria o atual projeto um bom caminho?

— O exemplo de Recife não é o melhor. As terras estão dentro do cinturão da capital. O assalto dista 5 a 10 quilômetros. No Brasil não será possível conseguir terras assim para todo mundo. Mas existem terras mais distantes, terras do estado e até de particulares que podem ser desapropriadas. O que não é possível é localizar na periferia das cidades criando novas megalópolis.

Na sua opinião, qual o tamanho máximo de um latifúndio?

— Não tenho opinião formada sobre a extensão dos modulos.

Quanto ao valor da indenização: qual a sua proposta?

— As terras devem ser indenizadas por seu valor real, ainda que o pagamento seja feito com titulos da divida agrária.

Existem pessoas que não acreditam na reforma agrária, que pensam vá a mesma ficar somente como sonho dos brasileiros. Qual a sua resposta?

— A reforma agrária será uma realidade. É um compromisso de governo e da Constituinte.

Lima Filho condena os latifundiários

JBr — Deputado Osvaldo Lima Filho, qual o resultado da visita da Subcomissão a Recife?

OLF — Considero importante a visita. Deu para avaliar melhor a tensão social existente no Nordeste brasileiro, sobretudo nas áreas de conflito e para constatarmos a necessidade de alocarmos recursos necessários à execução dos projetos do Incra, principalmente aqueles que têm fins sociais.

Qual o ponto mais importante da visita?

A presença de trabalhadores rurais de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, discutindo os problemas da Região e, principalmente, a denúncia feita por agricultores de Condado (cidade localizada a 70 km de Recife) sobre as arbitrariedades praticadas no Engenho Patrocínio, em que prepostos da usina Santa Teresa (Grupo Empresarial João Santos) estão destruindo lavouras e plantações de trabalhadores que estão há 30 anos vivendo daquelas terras. Impressionou, também, o consenso de descrença dos trabalhadores, que reclamaram da lentidão do processo da reforma agrária.

O presidente Edison Lobão disse que existem na Subcomissão dois comportamentos, os que desejam uma reforma mais consequente e os radicais? Qual a sua posição?

— Considero radical tudo aquilo que vem da raiz. Vejo na Comissão um grande grupo que está preocupado com o atual quadro encontrado no Brasil. De um lado as propriedades com grandes áreas e uma cultura mecanizada, determinando alto índice de aproveitamento de produtos para a exportação ou de álcool para energia. Essa agricultura teve 20 anos de crédito subsidiado para a exportação e aquisição de máquinas, fertilizantes, defensivos e investimentos. Do outro lado, uma agricultura de exploração familiar, desprovida de crédito e de assistência técnica, que está sendo absorvida pelas grandes propriedades. Aí está a causa do explosivo êxodo rural, que nos últimos 20 anos expulsou 30 milhões de trabalhadores do campo para a periferia das cidades, ampliando e expandindo a pobreza para 40 por cento da população rural.

Osvaldo Lima Filho: as propriedades devem ser limitadas

Estão existindo pressões junto aos membros da Subcomissão?

— Não digo que existem pressões. Antes, eu acredito que a Constituinte é que se elegeu com compromissos conflitantes. Uns têm compromissos com os trabalhadores rurais e outros com empresários que financiaram as suas campanhas eleitorais.

O sr. acredita na reforma agrária?

— Acredito, sim. Em todo o País, desde o Rio Grande do Sul até o Amapá, desde Santa Catarina até Roraima, por toda parte se multiplicam os conflitos rurais e a grande massa de trabalhadores do campo exige uma definição urgente. Por outro lado, os trabalhadores urbanos sentem que a falta de uma política agrária mantém um exército de reserva de desempregados, que reduz a capacidade de reivindicações dos trabalhadores urbanos.

Quem não tem interesse na reforma agrária?

— Ela não interessa aos 540 mil grandes proprietários, donos da maior parte das terras do Brasil (80 por cento), que mantêm inexplorados 42 milhões de hectares e 240 milhões de hectares mal utilizados. A grande lavoura de exportação também parece ter interesse em manter os 7 milhões de trabalhadores rurais eventuais (bóias-frias) com baixos salários e ocupação sazonal de mão-de-obra.

Qual a sua proposta para delimitação da propriedade?

— Não deve existir direito sem limites. Isto representa o abuso do direito. É preciso limitar a propriedade, que é um bem para o homem, e por isso deve ser distribuída entre um maior número de pessoas, eliminando a injustiça e dividindo os milhões de hectares que estão nas mãos de poucos. É preciso se fixar limites, que deverão resultar de um processo de negociação da Subcomissão, que deve corresponder ao pensamento da maioria dos constituintes, sob pena de não conseguir fixá-los. O limite razoável pode ser conseguido. O limite ideal pode ser utópico, no momento histórico atual. A Abra e a Contag estão defendendo um máximo de 60 módulos, em torno desse número devem seguir as negociações.

O pagamento das terras, como deve ser feito?

— De forma compatível com a atual Constituição, ou seja, através de Títulos da Dívida Agrária, com resgate em 20 anos. Foi uma criação dos generais que fizeram o regime militar e vale a pena ser mantida.

---

punida pela lei ... manifestação preconceituosa ou ... por razão de raça, cor ou orientação sexual".

A proposta dos homossexuais foi apresentada pelo representante do Grupo de Liberação Homossexual Triângulo Rosa, João Antônio Mascarenhas bastante nervoso ele explicou que ao ser convocado sentiu medo de aparecer e protestar, temendo consequências maiores. "Preciso fazer o mea culpa — disse ele — mas o que senti foi uma espécie de complexo de Joana D'Arc".

Radicalismo

Entre os constituintes a opinião é de que o movimento mais radical é o liderado pelos negros que defenderam as suas propostas sem oferecer muito espaço para questionamentos. O deputado Rui Nedel (PMDB-RGS) foi quase massacrado pela platéia — quase toda de negros — quando cobrou do movimento uma atitude menos ressentida e sectária. "Sou descendente de alemães e, também sofremos muito, assim como os negros quando aqui chegamos. Hoje tantos os alemães, como os negros estão bem integrados à sociedade, no Rio Grande do Sul".

Entre as propostas apresentadas pelo movimento negro está o respeito ao princípio de isonomia. "Já que hoje o negro no Brasil representa 60% da população — assinala o movimento — queremos garantir também, a nossa participação em 60% dos empregos, das vagas nas escolas etc. "O relator, Alceni Guerra não tem esta opinião. "O princípio da isonomia poderia ser usado em casos específicos quando ficar caracterizada a discriminação. Mas como norma geral é inaplicável" — defende.

Nas propostas que levaram a Constituinte, os índios se mostraram preocupados em explicitar na nova Constituição a questão das terras indígenas. Eles não abrem mão do usufruto exclusivo do solo e subsolo e querem, ainda, respeito a sua autodeterminação.

Os deficientes físicos apresentaram catorze pontos em sua proposta, reivindicando, entre outros pontos um tratamento diferenciado pela Previdência Social, igualdade de oportunidades, adaptações para os deficientes nos transportes e nos acessos aos edifícios e a destinação de 10% da verba para educação de cada município para os deficientes.

Santana quer unificar leis trabalhistas

Belo Horizonte — O deputado José Santana (PFL-MG) revelou ontem que apresentou à Assembléia Nacional Constituinte proposta em que solicita a inclusão no anteprojeto do texto constitucional de um dispositivo que assegure total igualdade de tratamento entre os meios rurais e urbano e a adoção da legislação trabalhista única em todo o país.

José Santana disse que o setor agrícola, que no ano passado representava a única fonte de poupança interna e atendia ao pagamento de todas as contas nacionais, é hoje o responsável por apenas 12% do PIB nacional, embora 30% de nossa população resida no campo.

O dispositivo que o parlamentar mineiro quer incluir na nova constituição diz o seguinte:

Art. — O poder público adotará uma política agrícola que assegure igualdade de tratamento entre os meios rural e urbano, além de garantir:

I — Respeito à liberdade de iniciativa e ao regime de livre concorrência, sem qualquer intervenção do Estado na atividade agrícola;

II — Adoção de legislação trabalhista única em todo o país, bem como de programas sociais de modernização para o setor rural;

III — Não desapropriação de terras produtivas;

IV — Descentralização na elaboração de planos e programas para a agricultura, que deverão ficar a cargo dos municípios e coordenados pelos estados;

V — Política tributária e fiscal que proporcione ao produtor justa remuneração.